

A IMPORTÂNCIA DOS GÊNEROS TEXTUAIS: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Leslie Oliveira de Jesus¹Mônica Soares de Araujo Guimarães²

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação infantil é a base para o processo humanizador da criança. É nessa etapa que a criança passa por várias experiências e aprendizagens muito significativas, entre elas está a apropriação da língua. O trabalho com a língua escrita ou falada é de extrema importância desde a mais tenra idade, uma vez que esse trabalho é base para a formação integral do sujeito e para participação no meio social em que está inserido.

É a partir de um profundo contato com diferentes formas de leitura que a criança passa a desenvolver a capacidade de usar a língua/linguagem e de interagir em seu contexto social. Essas diferentes formas de leitura, apresentadas por meio de diferentes gêneros textuais, são importantes influenciadores e dispositivos que contribuem diretamente para o processo de alfabetização e letramento e para o desenvolvimento de competências comunicativas e do repertório linguístico.

O objetivo geral deste estudo foi apresentar a importância do trabalho com os gêneros textuais desde a educação infantil e as contribuições deste trabalho no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Quanto aos objetivos específicos, buscamos demonstrar a eficácia do trabalho com os gêneros textuais para o desenvolvimento da alfabetização com foco no letramento.

Para a realização deste estudo, partimos da perspectiva bakhtiniana e sua referência para o estudo dos gêneros textuais. Bakhtin (1997) indica os gêneros textuais como elementos da cultura e da história da sociedade, tratando-se de aspectos contínuos e significativos para relacionar-se em equipe, sendo eles que estruturam e solidificam os nossos relacionamentos em vida social e coletiva. Em seguida, a área da Linguística Textual passa a ser examinada a partir dos fundamentos da linguista Koch (2004). Dando sequência, uma breve apresentação do modo como documentos oficiais abordam o trabalho com os gêneros textuais no contexto educacional passa a compor o quadro teórico da presente pesquisa. Os conceitos de alfabetização e letramento são analisados, em seguida, tendo como embasamento a perspectiva de Magda Soares (1985; 1998) e de Kleiman (1995; 2007). Por fim, apresentam-se as contribuições do trabalho com os gêneros textuais na alfabetização e letramento, com foco na transição da educação infantil ao ensino fundamental, são apresentadas.

¹ Discente do curso de Pedagogia (UNIPAM). E-mail: lesliejesus@unipam.edu.br.

² Docente do curso de Letras (UNIPAM). E-mail: monica@unipam.edu.br.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 OS GÊNEROS TEXTUAIS NA PERSPECTIVA BAKHTINIANA

Mikhail Bakhtin foi um dos nomes mais influentes no estudo sobre os gêneros textuais. O teórico multidisciplinar pesquisou e idealizou princípios a respeito dos gêneros partindo de um ponto de vista de linguagem que transfigura o paradigma estruturalista e agrega aos exercícios de linguagem um indivíduo sócio-histórico, atento e intérprete de sua circunstância. Para o filósofo em foco, a linguagem era uma dominante ferramenta social. Em relação aos gêneros textuais, Bakhtin (2003, p. 261-262) destaca:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. [...] Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso.

Na concepção bakhtiniana, percebemos que a individualidade social dos eventos da linguagem estabelece o texto como um efeito da convivência em sociedade, onde as palavras são compreendidas como fruto de mudanças comuns, associadas a um contexto material determinado, que delinea as possibilidades de vida de uma sociedade linguística. Para Bakhtin (2003, p. 280), “a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana”.

Segundo Bakhtin (1997, p. 280),

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana [...]. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo temático e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua - recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais - mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional.

Os gêneros do discurso são apresentados nessa perspectiva como primários e secundários. Os gêneros primários são o suporte para os secundários. Eles são tidos como habituais, pois são produzidos em momentos rotineiros de diálogo entre as pessoas, tais como uma conversa cotidiana, um bilhete, vínculos humanos. Já os secundários, estão relacionados a outros espaços, populares e mais difíceis da convivência geral, assim como um discurso, uma tese científica, um teatro, entre outros.

Partindo da concepção de linguagem como prática social, Bakhtin (1997) postula que nós nos comunicamos por meio dos gêneros discursivos. Assim, é essencial

que uma análise atenta acerca das características e principalmente da funcionalidade dos gêneros seja feita, uma vez que a comunicação acontece pelos gêneros do discurso.

Frente à concepção apresentada, percebemos a importância do trabalho com os gêneros textuais no contexto escolar, o que é evidenciado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, como veremos adiante.

2.2 LINGUÍSTICA TEXTUAL

A Linguística Textual surgiu no final da década de 60, sendo responsável por uma pesquisa expressiva na área textual e por novas hipóteses e concepções de texto. A pluralidade de textos orais e/ou escritos criados pela sociedade em seus diversos cenários também é foco desta área do saber.

Segundo Koch (2004, p. 11),

A Linguística Textual toma como objeto particular de investigação não mais a palavra ou a frase isolada, mas o texto, considerado a unidade básica de manifestação da linguagem, visto que o homem se comunica por meio de textos e que existem diversos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados no interior do texto. O texto é muito mais que a simples soma das frases (e palavras) que o compõem: a diferença entre frase e texto não é meramente de ordem quantitativa; é sim, de ordem qualitativa.

De acordo com Koch (2004), a Linguística Textual oferece aos profissionais da educação o incentivo fundamental para o desempenho do seu trabalho, como os elementos discursivos, criação de um conjunto de recursos linguísticos e produção textual. Ela é responsável pela análise dos recursos linguísticos e das categorias discursivas que regem a formação da textualidade e, no decurso, a produção textual dos sentidos.

Marcuschi (1983, p. 12-13 *apud* Koch 2004, p. 10) propõe que a Linguística Textual seja vista, mesmo que provisória e genericamente, como o estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais [...]. Em suma, a Linguística Textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas.

Para Koch (2004), a pesquisa acerca dos gêneros textuais promove hoje uma das inquietações primordiais da Linguística Textual, sobretudo no que se refere à funcionalidade e à estrutura composicional dos gêneros, em termos macro e microestruturais.

Os gêneros textuais têm sido grandemente analisados e explorados na Linguística Textual a partir de pesquisas que tratam da natureza deles sob diferentes panoramas teóricos.

2.3 GÊNEROS TEXTUAIS NOS PCN

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997, que correspondem a um documento norteador da prática pedagógica, abordam o tema dos gêneros textuais voltado para o contexto escolar. Embasado nos princípios e convicções acerca da linguagem como prática social, o documento apresenta para o educador uma proposta voltada para uma ação reflexiva sobre o texto.

Os PCN têm sido foco de discussões entre educadores e pesquisadores, uma vez que o documento propõe uma nova perspectiva de ensino de Língua Portuguesa, proposta que tem como objeto de ensino os gêneros textuais e não mais a gramática normativa.

Sobre os gêneros textuais, vejamos a seguinte passagem:

Todo texto se organiza dentro de um determinado gênero [...]. Os vários gêneros existentes, por sua vez, constituem formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura, que são caracterizados por três elementos: conteúdo temático, estilo e construção composicional. Podemos ainda afirmar que a noção de gêneros se refere a “famílias” de textos que compartilham algumas características comuns, embora heterogêneas, como: visão geral da ação à qual o texto se articula, tipo de suporte comunicativo, extensão, grau de literariedade, por exemplo, existindo em número quase ilimitado. Os gêneros são determinados historicamente. As intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, geram usos sociais que determinam os gêneros, os quais dão forma aos textos [...] (BRASIL, 1997, p. 23).

Os Parâmetros são justificados na teoria dos gêneros textuais. O ensino da língua materna passa a ter como foco o desenvolvimento de habilidades comunicativas a partir dos vários arranjos textuais.

[...] Quando se afirma, portanto, que a finalidade do ensino de Língua Portuguesa é a expansão das possibilidades do uso da linguagem, assume-se que as capacidades a serem desenvolvidas estão relacionadas às quatro habilidades linguísticas básicas: falar, escutar, ler e escrever (BRASIL, 1997, p. 35).

Seguindo a perspectiva dos PCN, a escola, por meio da figura do professor, deve oferecer aos alunos grupos de textos que compartilham características comuns, mesmo que heterogêneos, como visão geral da ação à qual o texto se articula, tipo de suporte comunicativo, extensão, grau de literariedade.

A possibilidade de desenvolver a aprendizagem dos estudantes pelo trabalho com os gêneros textuais é inquestionável, principalmente se seu contato acontecer desde a educação infantil.

2.4 O REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E O USO DOS GÊNEROS TEXTUAIS EM SALA DE AULA

Como a educação infantil é uma etapa fundamental no processo de escolarização das crianças, o trabalho com os gêneros textuais a partir dessa primeira etapa da educação básica se faz necessário, pois as crianças precisam de um intenso contato com esses variados gêneros desde muito cedo, muito antes de iniciar sua vida escolar, mas, é por meio da escola que seu relacionamento com os gêneros é ampliado e sistematizado.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) é um documento extremamente importante que ressalta, mesmo que implicitamente, o uso dos gêneros textuais em sala de aula, uma vez que apresenta a importância de se associar o trabalho com a variedade de gêneros com a vida das crianças, trazendo como ponto de partida o uso das narrativas, o contar e o recontar histórias, a utilização da leitura de rótulos, a criação de entrevistas, as apresentações orais de poesias e parlendas, assim produzindo chances de acontecimentos reais que possibilitem o desenvolvimento de universo discursivo (BRASIL, 1998).

Para que o trabalho realizado com os gêneros em sala de aula dê resultados positivos, os professores devem buscar métodos e materiais que explorem o ambiente discursivo. É necessário que o professor crie um ambiente favorável ao desenvolvimento da fala, da escuta, da leitura e da escrita, proporcionando o contato com os diversos gêneros orais e escritos existentes em nossa sociedade (BRASIL, 1998).

O aprendizado na sala de aula por meio da utilização dos gêneros textuais proporciona aos educandos as compreensões linguísticas e textuais essenciais para lidar de forma reflexiva em diversas intervenções comunicativas. Os educandos estariam operando no espaço da sala de aula, tendo como eixo os conteúdos que circulam no ambiente social.

2.5 O TRABALHO COM OS GÊNEROS TEXTUAIS NA BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento norteador da prática pedagógica para os professores de toda a Educação Básica. Esse documento propõe um conjunto de competências, habilidades e aprendizagens para o pleno desenvolvimento dos alunos ao longo de sua vida escolar.

O documento em foco considera a criança como protagonista do processo da própria aprendizagem. Nesse contexto, a escola, ao acolher os conhecimentos prévios construídos pelas crianças em suas vivências familiares e sociais e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm como objetivo ampliar o universo de habilidades dos alunos, diversificando e consolidando novos saberes, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação de crianças menores, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (BRASIL, 2017, p. 36).

A BNCC propõe o ensino com centralidade no texto como unidade de trabalho, considerando sempre a função social dos textos utilizados. Nesse sentido, os gêneros

textuais se mostram muito funcionais como ferramentas de ensino por estarem presentes em situações cotidianas presenciadas pelas crianças (tirinhas, cardápios, listas, convites etc.) e assim contribuírem para o desenvolvimento de seus conhecimentos letrados.

Com um leque de sugestões e possibilidades de trabalho com os mais variados gêneros textuais, os professores devem criar um ambiente alfabetizador e letrador do qual as crianças façam parte, pois, mesmo que elas ainda não tenham se apropriado do código escrito, por meio dos gêneros elas podem expressar suas opiniões e pensamentos e podem explorar variados veículos textuais. O recontar e o produzir histórias, por exemplo, pode contribuir diretamente para o desenvolvimento do interesse e do gosto pela leitura e pela escrita, além de possibilitar o desenvolvimento da autonomia das crianças e da participação social.

2.6 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Alfabetização e letramento são conceitos que podem se relacionar. A alfabetização começa antes mesmo da inserção da criança na instituição escolar, vindo a se oficializar com o alcance e aprendizado do código escrito. O letramento envolve a utilização e a prática em variadas circunstâncias da vida social da criança, indo muito além do controle do código.

A alfabetização é concebida como uma produção conceitual, constante, ampliada, juntamente no interior e exterior do espaço da sala de aula, que se realiza desde os relacionamentos iniciais da criança com a escrita. Esse entendimento destaca que o conhecimento da escrita alfabética não se limita somente a um modo de combinação entre letras e sons. Segundo Soares (1985), pode-se dimensionar o conceito de alfabetização como aprendizagem de um sistema de representação que se traduz num sistema de notação que não é um “espelho” daquilo que representa, já que é arbitrário, e é um sistema regido por normas.

Para Kleiman (2007, p. 13),

O conceito de alfabetização refere-se também ao processo de aquisição das primeiras letras e, como tal, envolve sequências de operações cognitivas, estratégias, modos de fazer. Quando dizemos que uma criança está sendo alfabetizada, estamos nos referindo ao processo que envolve o engajamento físico-motor, mental e emocional da criança num conjunto de atividades de todo tipo, que têm por objetivo a aprendizagem do sistema da língua escrita.

Na perspectiva das duas autoras, percebe-se que a alfabetização vai além da representação de sons e letras, uma vez que é preciso que haja compreensão do significado do código escrito, não sendo suficiente, assim, apenas codificar ou decodificar os símbolos. Dessa forma, a alfabetização deve ser articulada ao letramento, uma vez que o letramento é a ferramenta que capacita o sujeito a estabelecer seus discursos, interpretando e compreendendo o que foi lido.

O letramento engloba o método de evolução e o emprego dos conjuntos de leitura e escrita na comunidade. Assim sendo, relaciona-se a um grupo de condutas que,

ao longo do tempo, vem transformando a sociedade. O conceito em questão caracteriza o ato pedagógico de ampliar o emprego de hábitos sociais de leitura e escrita em setores efetivos de uso e introduz um meio extenso, que faz o sujeito competente para usufruir da escrita de maneira precisa em variados cenários sociais.

Os PCN (1997, p. 21) afirmam que o Letramento é

[...] o produto da participação em práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e tecnologia. São práticas discursivas que precisam da escrita para torná-las significativas, ainda que às vezes não envolvam as atividades específicas de ler ou escrever. Dessa concepção decorre o entendimento de que, nas sociedades urbanas modernas, não existe grau zero de letramento, pois nelas é impossível não participar, de alguma forma, de algumas dessas práticas.

De acordo com Kleiman (2007), o letramento tem como propósito levar em consideração questões sociais da língua escrita. Por meio dele, é possível alcançar dados mediante a leitura de diversos gêneros textuais, explorar a leitura para avançar determinadas orientações e utilizar a escrita para se conduzir na vida. Com isso, o letramento se caracteriza por quem desempenha a escrita nas ações sociais, não se reduzindo apenas a quem consegue ler e escrever.

Para a autora, a instituição escolar tem o papel de inserir o aluno em momentos e situações em que aconteça o aprendizado do letramento. Com isso, é dever da escola produzir circunstâncias de uso verdadeiro da escrita e leitura, para, por meio dessa ação, desenvolver estudantes qualificados para se movimentarem nas variadas facetas sociais, adaptando conforme as suas necessidades.

Para Kleiman (1995, p. 20), “O fenômeno do letramento, então, extrapola o mundo da escrita tal qual ele é concebido pelas instituições que se encarregam de introduzir formalmente os sujeitos no mundo da escrita”. Segundo Kleiman (1995, p. 20):

Pode-se afirmar que a escola, a mais importante das agências de Letramento, preocupa-se não como letramento prática social, mas com apenas o tipo de prática de letramento, a alfabetização, o processo de aquisição de códigos (alfabético, numérico) processo geralmente concebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso e promoção na escola.

Magda Soares (2009) pontua o letramento como um resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever. Segundo a autora, é o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como efeito da apropriação da escrita.

É necessário pontuar que, em várias ocasiões, o termo alfabetização é colocado como imposição para se atingir o letramento, apenas trocando um termo pelo outro. Na didática, não há um procedimento exclusivo a fim de alfabetizar e letrar, visto que cada educando dispõe de uma maneira distinta para aprender o conteúdo lecionado. Com a existência de inúmeros recursos para orientar a prática pedagógica, compete aos docentes entender e instruir-se sobre seus discentes, selecionando o formato mais

adequado para executar em sala de aula, para que assim os frutos alcançados sejam favoráveis para a educação.

2.7 CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO COM OS GÊNEROS TEXTUAIS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Na educação infantil, desde as crianças menores, é muito significativo oferecer situações nas quais as crianças se envolvam com a cultura oral e escrita, como contos, parlendas, histórias e cantigas, uma vez que são geradores de aprendizagem e fazem com que as crianças tenham interesse pelo ato de ler, expandindo seu repertório de fala. Ao ter convivência com variados textos, as crianças produzem hipóteses sobre a escrita. Com isso, fica evidente a necessidade de propiciar às crianças, desde a educação infantil, o acesso aos gêneros textuais e a convivência com diferentes tipos de textos, pois, com essa provocação, elas são motivadas a expandir e aperfeiçoar suas habilidades de expressão, criatividade, oralidade, leitura e escrita.

A etapa da educação infantil não deve estar associada à concepção de alfabetizar através da repetição e junção das letras. Com isso, torna-se necessário fazer com que as crianças participem das mais variadas práticas sociais em que haja a utilização da escrita e a necessidade da prática dos variados tipos de registro.

Vale a pena ressaltar que, por meio das brincadeiras, as crianças podem imaginar, representar, recordar, se expressar por meio de diferentes linguagens, inclusive a oral e a escrita. O uso das parlendas e das cantigas de roda, por exemplo, aproxima as crianças do universo falado e escrito.

Mesmo que as crianças não sejam oficialmente alfabetizadas, é essencial que os professores trabalhem com os variados gêneros textuais, pois assim esses professores estão proporcionando às crianças um contato com os mais variados arranjos textuais que circulam em nossa sociedade, podendo explorar a estrutura de cada um, apresentar cada elemento que constitui um determinado gênero e evidenciar sua funcionalidade. Ao trabalhar com o poema, por exemplo, o professor poderá apresentar aos seus alunos os elementos constitutivos desse gênero como versos, estrofes e rimas, que nem sempre podem ser identificadas. Quando se trata do gênero textual carta, o professor mostrará às crianças que, quando se envia uma carta a alguém sempre haverá um remetente e um destinatário, uma data e um local. Outro exemplo de gênero textual que pode ser explorado dentro da sala de aula é a receita, cuja estrutura é composta por ingredientes e o modo de preparo. Ao mostrar um texto, os alunos poderão observar tamanho, formato e quantidade de parágrafos.

É possível perceber que o trabalho com os gêneros textuais pode ser um grande aliado no processo de alfabetização e letramento, contribuindo para a formação de leitores e escritores autônomos e com senso crítico.

3 METODOLOGIA

O pesquisador, segundo Severino (2007, p. 122), “utiliza-se de dados ou de categorias já trabalhados por outros pesquisadores”, ou seja, ele parte de pesquisas já existentes para fundamentar seu trabalho. Conforme Cervo (1983, p. 55), a pesquisa

bibliográfica “busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado tema ou problema”. Com isso, esta pesquisa, que se configura como um estudo exploratório, realizou-se por meio de um levantamento bibliográfico sobre o uso e a importância dos gêneros textuais em sala de aula.

O desenvolvimento deste estudo foi feito a partir da leitura de textos variados que abordam os gêneros textuais e os conceitos de alfabetização e letramento. Autores como Angela Kleiman, Ingedore Koch, Magda Soares e Mikhail Bakhtin foram a base para a fundamentação teórica da investigação. Além das referidas leituras, foi realizada uma análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais, do Referencial Curricular para a Educação Infantil e da Base Nacional Comum Curricular, uma vez que esses documentos apresentaram pontos importantes acerca do trabalho com diferentes tipos de textos no contexto de sala de aula.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos objetivos propostos, pôde-se observar a relevância do trabalho com os gêneros textuais no contexto escolar desde a educação infantil, as contribuições desse trabalho no desenvolvimento do ensino-aprendizagem, no processo de alfabetização e, principalmente, no letramento. Fica claro que os gêneros textuais são ferramentas linguísticas e sociais que contribuem de forma significativa para a aquisição da leitura e escrita, além de ampliar as habilidades sociais.

Com o embasamento teórico, observou-se a preocupação com o estudo sobre os gêneros textuais desde Mikhail Bakhtin, filósofo que aborda o gênero como constitutivo da vida social e histórica e como meio de comunicação, uma vez que nos comunicamos por meio dos gêneros. Sobre a abordagem dos gêneros textuais na Linguística Textual, observou-se que esta área do saber se volta diretamente tanto para a estrutura quanto para a funcionalidade dos diferentes textos que circulam na sociedade.

Pôde-se observar que nos Parâmetros Curriculares Nacionais não há um direcionamento para o trabalho com os gêneros textuais na educação infantil, uma vez que esse documento volta-se para os ensinamentos fundamental e médio; no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, os gêneros textuais são mencionados no processo de alfabetização e letramento, havendo indicações para o trabalho na sala de aula de uma forma muito geral e não sistematizada; já na Base Nacional Comum Curricular, pôde-se observar que há referência e encaminhamento para o trabalho com os gêneros textuais desde a educação infantil até o ensino médio, sendo que, nesta primeira etapa, os gêneros são abordados no campo de experiências “escuta, fala, pensamento e imaginação”, no qual são apresentados os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, o que indica que os professores passam a ter um amparo maior em relação à condução desse trabalho na educação infantil.

Como o foco desta pesquisa está no processo de alfabetização e letramento, fez-se necessário discutir sobre esses dois termos que são muito importantes. Destaca-se que a alfabetização e o letramento são processos que caminham juntos e se complementam. Na perspectiva de Kleiman (1995; 2007) e Soares (1985; 2009), percebe-se que a alfabetização vai além da representação de sons e letras, uma vez que é preciso que haja

compreensão do significado do código escrito. Em relação ao letramento, tanto Kleiman quanto Soares evidenciam a relação desse conceito com o saber usar a escrita em diferentes contextos sociais.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como finalidade apresentar a relevância do trabalho com os gêneros textuais desde a educação infantil. Para justificar tal importância, o papel e as contribuições dos gêneros no processo de ensino-aprendizagem, a alfabetização e o letramento foram destacados. A partir do referencial teórico apresentado, foi possível perceber o quanto essa ferramenta, sendo focada como objeto de ensino e usada de forma cuidadosa pelos educadores, pode contribuir positivamente para a formação de leitores, sujeitos críticos e ativos no meio em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- EDUCAÇÃO Infantil – Programa 59 – Gêneros Textuais. Direção de Thiago Gonçalves Linhares. Produção de Hélio Martions. 2021. (25 min.), YouTube, son., color. Disponível em: <https://youtu.be/Cj7bLkTk6ds?feature=shared>.
- KOCH, I. V. Parâmetros Curriculares Nacionais, linguística textual e ensino de línguas. **Revista do GELNE**, Natal, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9110>.
- KOCH, I. V. **A coesão textual**. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

KLEIMAN, A. B. Introdução: modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. *In*: KLEIMAN, A. B. (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61.

KLEIMAN, A. B. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?**. Campinas: CEFIEL/IEL/UNICAMP, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, M. As muitas facetas da alfabetização. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, p. 19-24, 1985.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.